

Bancos resistem ao novo pacote

Dívida Ext

4 OUT 1983

por Milton Coelho da Graça de Nova York

Pelo menos um terço dos bancos credores do Brasil está resistindo à idéia da renegociação, segundo uma fonte com acesso direto ao comitê assessor. São cerca de duzentos bancos — europeus ou regionais americanos — que estariam preferindo considerar seus créditos como incobráveis e aproveitar as vantagens fiscais que isso lhes traria, em vez de entrar num novo "pacote" de renegociação.

Estima-se que 25 bancos representem cerca de 60% da dívida brasileira ao sistema bancário privado e que 20% dos bancos — cerca de 120 — representem quase 90%.

Os "rebeldes", portanto, representam pouco em termos de dinheiro, provavelmente menos de US\$ 600 milhões. Mas a recusa em participar do "pacote" teria grande impacto psicológico e obrigaria os bancos maiores a aumentar sua "exposure" (risco) no Brasil além dos limites que eles já estabeleceram.

Citando como fonte o respeitável Institute for International Economics, o jornal New York Times apresentou ontem um quadro do risco que os cinco maiores devedores da América Latina — Brasil, México, Argentina, Venezuela e Chile — representam para treze bancos americanos. Os empréstimos ao Brasil são equivalentes a 73,5% do capital do Citibank, a 77,7% do capital do Manufacturers Hanover e a 57,3% do capital do Crocker.

Os dez outros têm as seguintes percentagens: Chase Manhattan, 56,9%; Morgan, 54,3%; Bank of America, 47,9%; Bankers Trust, 46,2%; First Interstate, 43,9%; Wells Fargo, 40,7%; First National Chicago, 40,6%; Security Pacific, 29,1%; Chemical, 52%; e Continental Illinois, 22,9%.

A soma total dos empréstimos desses mesmos bancos aos cinco países representa as seguintes percentagens sobre o capital: Manufacturers Hanover, 282,8%; Crocker, 196%; Citibank, 174,5%; Chemical, 169,7%; Bank of America, 158,2%; Chase Manhattan, 154%; Bankers Trust, 141,2%; Morgan, 140,7%; First Interstate, 136%; First National Chicago, 134,2%; Wells Fargo, 126,6%; Continental Illinois, 107,5%; e Security Pacific, 82,5%.

Embora o total de empréstimos aos cinco países

ria, na prática, manter o mesmo nível de risco. Ocorre, entretanto, que na semana passada o projeto 4 baixou a menos de US\$ 6 bilhões — cerca de US\$ 5,950 bilhões — e todas as melhores fontes bancárias concordam em que, se as linhas interbancárias forem reduzidas, alguns bancos brasileiros começarão a não ter "funding" suficiente e serão forçados a buscar mais recursos no "overnight", a custos que um banqueiro brasileiro qualifica de "suicidas".

O comitê assessor reagiu a essa ameaça decidindo dar prioridade às linhas interbancárias, isto é, antes mesmo de obter a aprovação de cada banco para o "pacote" da fase 2, está buscando obter o compromisso de que essas linhas serão mantidas até o final de 1984.

(Continua na página 10)

Por causa da intensa movimentação para acertar com os bancos estrangeiros o empréstimo de US\$ 6,5 bilhões para o Brasil, o vice-presidente do Citibank e coordenador do processo de renegociação da dívida externa com os bancos credores, William Rhodes, suspendeu a viagem que faria nesta semana a Brasília e São Paulo. Em São Paulo, foi cancelada a reserva feita no hotel Maksoud Plaza.

Dívida Externa
017
Reportagem 0042

Bancos resistem ao novo...

Dívida Ext

por Milton Coelho da Graça de Nova York
(Continuação da 1ª página)

Toda essa batalha já se reflete no próprio comitê assessor, onde pelo menos um dos 14 membros já está divergindo abertamente da linha de negociação adotada.

A fonte ligada ao comitê que deu essa informação não quis identificar o "dissidente", mas outros banqueiros disseram que provavelmente é um banco, da Europa continental, uma vez que vários banqueiros alemães e suíços — inclusive o todo-poderoso Fritz Leutwiler, presidente do Banco Central da Suíça e do Banco para Compensações Internacionais (BIS) — têm manifestado descontentamento ou inquietação com a estratégia adotada pelos grandes bancos americanos. O prestígio do presidente do comitê assessor, William Rhodes, e dos vice-

ativo desses treze bancos, o nível de risco expresso pela relação empréstimos-capital é considerado "desconfortável", especialmente porque ele tende a aumentar, segundo vários importantes analistas.

Dois banqueiros regionais, que pediram expressamente para não ser identificados, mencionaram esse quadro como demonstração das profundas razões que separam os bancos menores dos maiores. As operações com o Brasil para qualquer um dos duzentos menores credores representam um risco pequeno; e, em geral, a reação desses bancos é no sentido de "acabar com o problema já e aceitar um prejuízo relativamente reduzido", conforme explicou um deles.

Em alguns casos, esses bancos estão dispostos a aceitar a renegociação, mas sob a condição de retirarem suas linhas de crédito aos bancos brasileiros (projeto 4), o que significa-

presidentes, Guy Huntreds e Leighton Coleman, começa a entrar em jogo.

Também correm notícias sobre operações feitas na última semana de setembro por alguns bancos americanos, que procuravam reduzir as transferências para débitos incobráveis de juros vencidos há mais de 90 dias e não pagos pelo Banco Central. A maioria dos bancos americanos se vale dos múltiplos incentivos fiscais oferecidos para compra de títulos públicos e praticamente não pagam Imposto de Renda. Assim, para muitos deles a transferência nem sequer traria redução de impostos. Por isso, bancos brasileiros foram procurados para aceitar alguns desses títulos em troca de outros referentes a débitos de outros países latino-americanos, mas com o pagamento de juros em dia.

Essas operações teriam

praticamente o efeito de uma câmara de compensações de débitos, com o Brasil resgatando alguns milhões de dólares com títulos em carteira cujo futuro é tão ou mais indecifrável do que os nossos. Além disso, os bancos brasileiros poderiam se valer dos benefícios fiscais. Em pelo menos um caso, o gerente do banco brasileiro está sorrindo há vários dias, pois, além de se beneficiar na troca de títulos, ainda reforçou sua caixa com US\$ 100 milhões. E o banco americano também ficou satisfeito, porque, segundo os critérios vigentes nos meios bancários, "mais vale um papagaio mexicano registrado nos livros como 'contas a receber' do que um brasileiro, cheio de garantias, mas com os juros retidos pelo banco central".

SEGURANÇA